



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2019

(Da bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre a atuação das Forças Armadas na Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao **Exmo. Ministro de Estado da Defesa, Senhor Fernando Azevedo e Silva**, pedido de informações sobre a atuação do Exército na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro:

- 1) No último dia 5 de abril, o jovem Christian Felipe Santana de Almeida Alves, de 19 anos, foi morto, com tiros pelas costas, durante uma blitz do Exército na Estrada Pedro Alcântara, em Realengo, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Quais foram os procedimentos adotados para investigar a atuação dos militares envolvidos na referida operação? Quantos militares foram afastados preventivamente em razão do ocorrido? Os militares prestaram socorro à vítima, após ela ter sido atingida? Qual fundamento jurídico autorizou o Exército a realizar uma blitz naquele bairro? As forças armadas estão dando algum apoio à família da vítima?

- 2) No último dia 07 de abril, o músico Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos, foi morto após ter o carro em que estava com sua família fuzilado por mais de 80 tiros, em Guadalupe, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Quais foram os procedimentos adotados para investigar a atuação dos militares envolvidos na referida operação?

Quantos militares foram afastados preventivamente em razão do ocorrido? Os militares prestaram socorro à vítima, após ela ter sido atingida? Qual fundamento jurídico autorizou o Exército a realizar o patrulhamento naquele bairro? As forças armadas estão dando algum apoio à família da vítima?

- 3) Houve planejamento para operação do Exército nos dias 05 e 07 de abril, nos bairros de Realengo e Guadalupe, ambos na cidade do Rio de Janeiro? Se sim, quais eram os oficiais responsáveis? Quem autorizou os agentes envolvidos nas operações a dispararem? Quais são os níveis hierárquicos e respectivos responsáveis pelo planejamento e autorização das operações realizadas na área de segurança pública, inclusive para a autorização do disparo de armas de fogo?
- 4) Levantamento aponta que as Forças Armadas estiveram envolvidas em operações que resultaram na morte de pelo menos 32 civis, desde 2010¹. Quais foram os resultados das investigações de cada desses casos? Em quantos casos foi constatado uso abusivo da força? Quantos militares foram punidos e com quais penas?
- 5) Há protocolo para que os militares prestem socorro às vítimas de disparo de arma de fogo durante sua operação e para que respeitem as vítimas e seus familiares, especialmente durante sua atuação na área de segurança pública? Se a resposta for afirmativa, anexar na resposta o protocolo.
- 6) Nas duas operações, este Ministério considera presentes as condições definidas nos incisos I, II e III do §2º do artigo 9º do Código Penal Militar, no sentido de considerar a competência da justiça militar nos casos de crimes dolosos contra a vida cometidos por militares das Forças Armadas contra civis?
- 7) Havia decretação de Garantia da Lei e da Ordem para justificar a operação por agentes do Exército nos dias 05 e 07 de abril, respectivamente nos bairros de Realengo e Guadalupe na cidade do Rio de Janeiro?

¹ Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/exercito-e-acusado-de-matar-inocentes-em-operacoes-de-seguranca-publica/>

- 8) De quantas operações as Forças Armadas participaram na área de segurança pública desde 2010? Em quais cidades ocorreram essas operações? Quanto tempo duraram? Quantos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica estavam envolvidos de cada uma delas? Qual o custo de cada uma dessas operações? Existe previsão orçamentária para as possíveis operações da “Garantia de Lei e Ordem”?
- 9) Quantas operações de Garantia da Lei e da Ordem estão em execução atualmente, quais são suas delimitações geográficas, prazo de duração, quantos membros das Forças Armadas estão envolvidos e qual o seu custo mensal?
- 10) Quais são as normas administrativas que fundamentam/orientam a atuação e os critérios utilizados para o planejamento das operações das Forças Armadas no exercício de atividades de segurança pública?
- 11) Quais são as armas, munições e equipamentos usados nas operações das Forças Armadas?
- 12) Existe treinamento específico, por parte das Forças Armadas, para atuar na segurança pública? Se a resposta for afirmativa, especificar qual o tipo de treinamento, duração e técnicas abordadas.
- 13) Existe estrutura específica para investigar, de forma imparcial, violações de Direitos Humanos no âmbito das Forças Armadas? Se a resposta for afirmativa, como é organizada tal estrutura? Há ouvidoria e/ou corregedoria específica?
- 14) Qual é o protocolo operacional de autorização para disparo de arma de fogo por membros das Forças Armadas? Qual é o protocolo operacional de autorização para disparo de arma de fogo utilizado nas situações em que os militares atuam em atividade de segurança pública?
- 15) Quem acompanha, monitora e avalia a aplicação do Protocolo para abordagem e revista da população em operações de Garantia da Lei e da Ordem, com ênfase para segmentos específicos da sociedade (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e do sexo feminino)?

JUSTIFICATIVA

No último fim de semana, operações do Exército na cidade do Rio de Janeiro fizeram pelo menos duas vítimas. Christian Felipe Santana de Almeida Alves, de apenas 19 anos, negro e morador da periferia, foi morto em uma blitz do Exército no bairro de Realengo no último dia 05 de abril. Evaldo Rosa dos Santos, um homem negro de 51 anos, foi morto ao ter o carro em que estava com sua família fuzilado com mais de 80 tiros. Além da morte de Evaldo Rosa, outras duas pessoas ficaram feridas, o sogro, que estava dentro do carro, e um pedestre, ainda não identificado. A esposa e o filho do casal, de 7 anos, que estavam no carro, não foram atingidos pelos disparos.

Em nenhum dos casos há relatos de confronto ou de que as vítimas estariam armadas, o que aponta para uma possível execução e abuso do uso da força pelos militares.

Segundo levantamento, pelo menos 32 civis morreram em operações de segurança pública que contaram com a participação das Forças Armadas². Apesar disso, muito pouco se sabe sobre o andamento das investigações e sobre as medidas adotadas pelas Forças Armadas para evitar o uso da violência contra a população e também para apoiar as famílias das vítimas dos abusos praticados durante as operações.

Mesmo diante dos fortes indícios de casos de abuso e de excesso do uso da força, não há qualquer pronunciamento das Forças Armadas reconhecendo eventuais erros praticados nas ações empreendidas pelos militares.

Trata-se de situação extremamente preocupante, sobretudo num momento em que ganha força na cúpula do Governo Federal e na de alguns Estados uma visão de que o problema da segurança pública se resolve a partir da legitimação da violência praticada por agentes de estado e até mesmo por civis.

A perda de controle sobre a atuação das Forças Armadas em operações de segurança pública pode levar à explosão do já elevado número de mortos pela violência registrado anualmente em nosso país.

² Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/exercito-e-acusado-de-matar-inocentes-em-operacoes-de-seguranca-publica/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Dessa forma, é fundamental que a sociedade tome conhecimento sobre os fundamentos jurídicos para a atuação das Forças Armadas na área de segurança pública e sobre as investigações dos casos de mortes de civis nessas situações, bem como o apoio que vem sendo dado às famílias das vítimas.

Sala das Sessões, 09 de abril de 2019

Ivan Valente
Líder do PSOL

Fernanda Melchionna
Primeira Vice-Líder do PSOL

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ